



DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Plano de Atuação

2024 - 2026

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Defensor Público-Geral

Matheus Cavalcanti Munhoz

1ª Subdefensora Pública-Geral

Lívia Martins Salomão Brodbeck e Silva

2ª Subdefensora Pública-Geral

Thaís Oliveira

Chefe de Gabinete

Pedro Henrique Piro Martins

Corregedor-Geral

Henrique de Almeida Freire Gonçalves

Subcorregedora-Geral

Josiane Fruet Bettini Lupion

Coordenadora da Assessoria de Projetos Especiais (APE)

Flávia Palazzi Ferreira

Coordenadora da Assessoria Especial para Mutirões de Atendimento (AEMA)

Mariana Mantovani Monteiro

Coordenador da Assessoria Especial de Atendimento Descentralizado

Rafael de Matos Souto

Coordenador da Assessoria Especial de Qualificação, Padronização e Automação do Atendimento (AEQPAA)

Dezidério Machado Lima

Coordenadora da Central de Relacionamento com o Cidadão

Beatriz Da Silva Giublin Demeter

Coordenador da Assessoria de Tribunais Superiores

Luis Gustavo Fagundes Purgato

Coordenador da Assessoria de Tecnologia e Inovação

Nicholas Moura e Silva

Coordenador Jurídico

Ricardo Padoim

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Diretora de Captação de Recursos

Carolina Andrade Vieira Machado

Diretor de Contratações

Mathias Loch

Diretor de Comunicação

Diego Ribeiro Hamdar

Diretor de Engenharia e Arquitetura

Fernando Henrique Rodrigues Lobo

Diretora de Operações

Jeniffer dos Santos

Diretor de Orçamento e Finanças

Luciano Bonamigo de Sousa

Diretor de Pessoas

Daniel de Brito Aragão

Diretor de Tecnologia e Inovação

Fábio Alessandro Guerra

**Diretor da Escola da Defensoria Pública do
Paraná (EDEPAR)**

Leônio Araújo dos Santos Junior

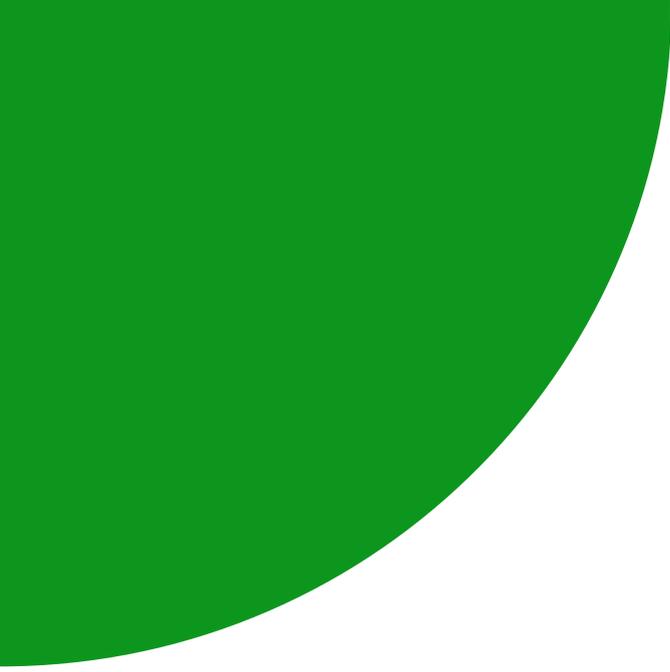
Unidade de Controle Interno

Silvio da Cunha Messias

Ouvidora-Geral Externa

Karollyne Nascimento





NÚCLEOS ESPECIALIZADOS

**Coordenador do Núcleo Especializado da Cidadania e
Direitos Humanos (NUCIDH)**
Antonio Vitor Barbosa de Almeida

**Coordenador do Núcleo Especializado Itinerante das
Questões Fundiárias e Urbanísticas (NUFURB)**
João Victor Rozatti Longhi

**Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e
Juventude (NUDIJ)**
Fernando Redede Rodrigues

**Coordenadora do Núcleo da Política Criminal e da
Execução Penal (NUPEP)**
Luana Neves Alves

**Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos
Direitos das Mulheres (NUDEM)**
Mariana Martins Nunes

**Coordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor
(NUDECON)**
Ricardo Menezes da Silva

**Coordenador do Núcleo de Defesa da Saúde Pública e
Privada (NUESP)**
Paulo Cinquetti Neto

**Coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade
Étnico-Racial (NUPIER)**
Camille Vieira da Costa

**Coordenadora do Centro Estadual de Atendimento
Multidisciplinar (CEAM)**
Patricia Rodrigues Mendes



CONSELHO SUPERIOR

Membros

Defensor Público-Geral

Matheus Cavalcanti Munhoz

Primeira Subdefensora Pública-Geral

Lívia Martins Salomão Brodbeck e Silva

Corregedor-Geral

Henrique de Almeida Freire Gonçalves

Ouidora-Geral

Karollyne Nascimento

Representante da ADEPAR

Erick Lé Palazzi Ferreira

Representante ASSEDEPAR

Clodoaldo Porto Filho

Defensores (as) Públicos (as) membros (as):

Claudia da Cruz Simas de Rezende

Gabriela Lopes Pinto

Marcelo Lucena Diniz

Mariela Reis Bueno

Francisco Marcelo Freitas Pimentel Ramos Filho

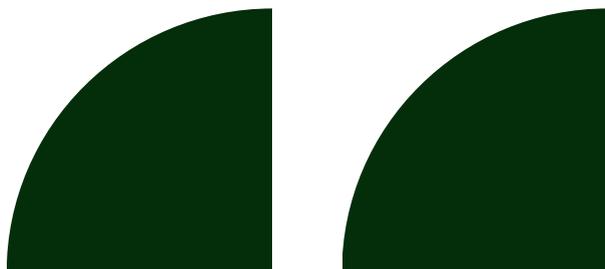
Defensores (as) públicos (as) suplentes:

Talita Devós Faleiros

Luciana Tramujas Azevedo Bueno

Maurício Faria Junior

Renato Martins de Albuquerque





Súmario

01 **INTRODUÇÃO**

Apresentação

02 **EIXOS DE ATUAÇÃO**

EIXO 1: Governança e Gestão Estratégica

EIXO 2: Aprimoramento do Atendimento

EIXO 3: Expansão dos Serviços

EIXO 4 : Inclusão e Sustentabilidade

EIXO 5 : Valorização das Pessoas

EIXO 6 : Comunicação e Participação Popular



Introdução

Olá!

Com satisfação, apresentamos o primeiro **Plano de Atuação da Defensoria Pública do Estado do Paraná, para o biênio 2024-2026**. Apesar de existir a previsão legal para sua apresentação na redação original de nossa Lei Orgânica, é a primeira vez, em nossa tão nova instituição, que há a confecção e apresentação do documento ao Conselho Superior.

E a própria conclusão deste plano revela que a Defensoria Pública do Paraná efetivamente entrou em uma nova **era**. Uma era em que não mais estamos constantemente apenas apagando incêndios, lidando com a escassez e sem a possibilidade de planejamento. Uma era em que tudo o que é feito, seja na administração, na atividade-meio, seja na atividade-fim, é fruto de planejamento, estudos baseados em metodologias e evidências, e sempre gerido após muito diálogo e oitiva de todas as pessoas envolvidas, de modo a se alcançar a melhor solução.

Foi exatamente dessa forma que este plano foi concebido: ele se iniciou na campanha eleitoral para a Defensoria Pública-Geral, em que foram realizadas diversas reuniões e rodas de conversa com todos/as os/as defensores/as, servidores/as, associações. Ouvimos atentamente os problemas apresentados, a opinião a respeito da melhor forma de resolvê-los, e como cada um dos colaboradores da instituição via o futuro da Defensoria. Depois, buscamos uma equipe extremamente qualificada para traduzir todos esses anseios em um documento que fosse nosso norte diário, e que permitisse um diálogo e uma aproximação com todas as pessoas que trabalham na Defensoria, assim como com a sociedade civil e a população paranaense.

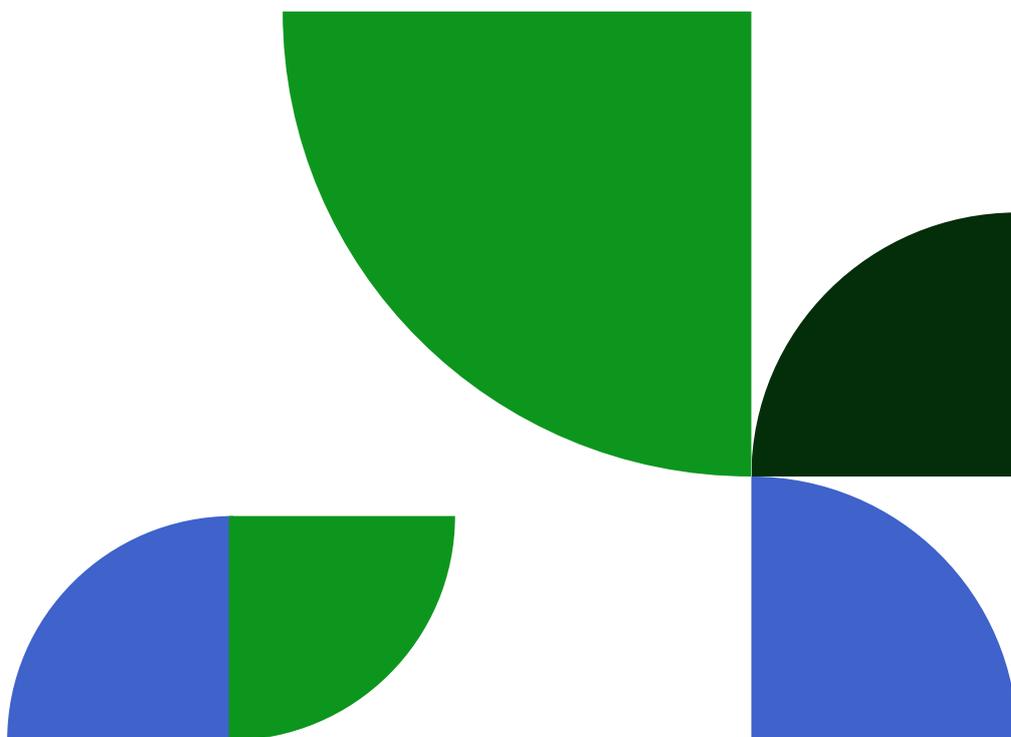
Em seguida, foi disponibilizado o plano e foram colhidas sugestões para aprimoramentos. Todas as pessoas, de dentro e de fora da instituição, tiveram a oportunidade de apontar falhas, sugerir melhorias e nos auxiliar a consolidar nosso guia. Após a conclusão dessa etapa, submetemos o plano ao Conselho Superior, órgão colegiado e democrático, com toda a representatividade dos/as conselheiros/as eleitos/as, da Ouvidoria-Geral, das associações de membros/as e servidores/as e da Corregedoria Geral, que, em uma sessão histórica e tão cheia de significado, o aprovou.

Apresentação

Temos um norte claro, um planejamento sério que nos mostra para onde estamos indo e como iremos chegar lá: queremos ser uma instituição que vê o cidadão e a cidadã paranaenses como protagonistas de suas próprias jornadas, que consigam acessar um serviço público de qualidade, seja de forma presencial ou remota, que sejam atendidos de forma respeitosa, acolhedora e eficaz. Queremos ser uma instituição que atinge cada vez mais pessoas, e cada vez de uma forma mais rápida e efetiva. Queremos ser uma instituição inovadora e que faça a tecnologia trabalhar em prol dos direitos humanos e do acesso à justiça. E não mediremos esforços para chegar lá.

Bem vindos/as à nova era da Defensoria Pública do Paraná. Seguiremos juntos.

Um abraço,
Matheus Cavalcanti Munhoz
Defensor Público-Geral



Apresentação



Missão: Promover acesso efetivo à justiça, garantindo a defesa dos direitos fundamentais e a proteção integral das pessoas em situações de vulnerabilidades, por meio de uma atuação ética, humanizada e comprometida com a transformação social.

Visão: Ser referência nacional em acesso à justiça, com serviços integrados, inovadores e acessíveis, contribuindo para a redução das desigualdades e a promoção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

O Plano de Atuação da Defensoria Pública do Paraná encontra fundamento no art. 5º, XVIII, da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, que atribui à Defensoria Pública–Geral o dever de apresentar ao Conselho Superior da instituição um Plano de Atuação. Este documento foi elaborado com o objetivo de propor ações concretas e mensuráveis, garantindo maior efetividade no aprimoramento dos serviços prestados pela Defensoria Pública.

Neste contexto, o plano detalha as atividades necessárias para a implementação das ações propostas, identificando os órgãos responsáveis e os resultados esperados. Ele reflete o compromisso da instituição com a ampliação do acesso à justiça e a melhoria contínua de sua atuação, alinhando-se aos princípios de eficiência, acessibilidade, inclusão e sustentabilidade, que norteiam a Defensoria Pública do Paraná.

A partir dessas diretrizes, o presente plano traça um caminho estruturado para fortalecer a governança e gestão estratégica, aprimorar o atendimento ao público, expandir a oferta e o alcance dos serviços, promover a inclusão e a sustentabilidade, e valorizar as pessoas que compõem a instituição.

Eixos de Atuação

GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

A consolidação de estruturas administrativas acessíveis e modernas é fundamental para garantir eficiência, transparência e resultados na atuação da Defensoria Pública. Ela assegura decisões responsáveis, otimiza recursos, padroniza processos e promove a inovação, fortalecendo a capacidade de atender à população com qualidade e agilidade. Assim, contribui para uma instituição moderna, organizada e alinhada aos princípios de justiça social e defesa dos direitos.

APRIMORAMENTO DO ATENDIMENTO

Garantir um atendimento acessível e de qualidade é prioridade absoluta. Serão adotadas iniciativas para melhorar a experiência dos/as usuários/as dos nossos serviços, como a ampliação de canais digitais – incluindo o uso de ferramentas como WhatsApp e o Sistema Online de Atendimento Remoto. Com isso, busca-se reduzir o tempo de espera e aumentar a satisfação, colocando os/as usuários/as dos nossos serviços no centro das estratégias de atendimento.

EXPANSÃO DOS SERVIÇOS

Para assegurar a presença da Defensoria Pública em mais regiões do estado, este plano prevê a ampliação do atendimento em áreas prioritárias. O fortalecimento de parcerias com municípios será essencial para levar os serviços da Defensoria a regiões ainda não atendidas, efetivando o acesso à justiça.

INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE

A inclusão social e a sustentabilidade são valores inegociáveis para a Defensoria. Por meio de políticas afirmativas, buscar-se-á a inclusão de minorias, garantindo diversidade e equidade dentro da instituição. Simultaneamente, práticas sustentáveis, como o uso de energia renovável e a adoção de soluções ecologicamente responsáveis, reforçarão o compromisso da instituição com a sustentabilidade.

VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS

Por fim, o Plano de Expansão reafirma o papel estratégico das pessoas na consolidação de uma Defensoria Pública forte e eficaz. Investir na capacitação, no bem-estar e na valorização dos/as servidores/as é um pilar essencial para alcançar os objetivos propostos e assegurar um impacto positivo na sociedade paranaense.

COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Fortalecer a comunicação e a participação popular é essencial para aproximar a Defensoria da sociedade. Propõe-se a modernização dos canais de comunicação, com uso ampliado de ferramentas digitais e redes sociais, além do fortalecimento da Ouvidoria como espaço de escuta ativa.

Eixos de Atuação

A educação em direitos e o diálogo com a população serão prioridades para promover transparência, inclusão e protagonismo dos/as usuários/as dos nossos serviços em suas jornadas jurídicas.

Com essa abordagem integrada e alinhada às demandas da população, o Plano de Expansão estabelece as bases para uma Defensoria Pública mais acessível, eficiente e transformadora, consolidando seu papel como guardião dos direitos fundamentais no Paraná.

EIXO 1: Governança e Gestão Estratégica

Objetivo Geral: Reestruturar e modernizar a gestão administrativa para assegurar eficiência, transparência e sustentabilidade, fortalecendo a atuação institucional.

OBJETIVO	RESULTADOS - CHAVES
<p>Objetivo 1 Garantir a padronização e eficiência estrutural em todas as unidades da Defensoria Pública</p>	<p>1.1 Mapear e padronizar as estruturas de trabalho até o final de 2026.</p> <p>1.2 Implementar um novo modelo de distribuição e lotação para servidores efetivos nas unidades até o terceiro trimestre de 2025.</p> <p>1.3 Atualizar os dados institucionais e normativas internas até o final de 2025.</p>
<p>Objetivo 2 Modernizar os processos administrativos para maior eficiência, segurança e transparência</p>	<p>2.1 Finalizar a reformulação da estrutura administrativa, transformando os setores em diretorias estratégicas até dezembro de 2024.</p> <p>2.2 Concluir a migração do eProtocolo para o SEI com treinamento das equipes envolvidas até o quarto trimestre de 2024.</p> <p>2.3 Implementar uma conta de e-mail institucional com maior capacidade de armazenamento e que proporcione uma melhora significativa no ambiente virtual de trabalho.</p>

Eixos de Atuação

OBJETIVO	RESULTADOS - CHAVES
	<p>2.4 Implementar e adequar os processos institucionais à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo conformidade, segurança da informação e proteção dos dados de assistidos e servidores até final de 2025.</p> <p>2.5 Iniciar o trabalho de mapeamento dos processos administrativos, identificando prioridades para automação e otimização, com foco na eficiência, transparência e melhoria contínua dos serviços prestados.</p>
<p>Objetivo 3 Modernizar os processos administrativos para maior eficiência, segurança e transparência</p>	<p>3.1 Reestruturar o Departamento de Informática, transformando em uma Diretoria Estratégica de Tecnologia e Inovação.</p> <p>3.2 Criar o Comitê de Tecnologia e Inovação com o objetivo de fomentar uma cultura de melhoria contínua, proatividade e abertura para a adoção de novas ideias, processos e tecnologias, além de identificar e replicar boas práticas que aprimorem a eficiência e a inovação.</p> <p>3.3 Disponibilizar um Laboratório focado na experimentação, práticas e ferramentas de projetos inovadores.</p> <p>3.4 Lançar um Plano Diretor de Tecnologia com um Roadmap Digital, incluindo a migração para soluções automatizadas.</p> <p>3.5 Criar os mecanismos estruturais internos para fomentar a criação do Ecossistema das Defensorias com foco em boas práticas, banco de inovação e projetos.</p>

Eixos de Atuação

OBJETIVO	RESULTADOS - CHAVES
	<p>3.6 A criação, ampla divulgação e fomento da Política de Adoção e utilização de Inteligência Artificial, incluindo capacitação para seu uso conforme as diretrizes institucionais, além do incentivo à aplicação da tecnologia em diversos setores e níveis, com foco na eficiência e agilidade dos processos administrativos e atividade-fim.</p>
<p>Objetivo 4 Aumentar a capacidade de planejamento estratégico e regionalizado</p>	<p>4.1 Elaboração do Plano de Atuação da Defensoria Pública do Paraná.</p> <p>4.2 Criar e regulamentar o Conselho de Coordenadores de Unidades Administrativas.</p> <p>4.3 Assegurar a realização de visitas administrativas regulares às unidades do interior, promovendo o acompanhamento e a melhoria contínua das atividades.</p>
<p>Objetivo 5 Reduzir sobrecargas e melhorar a distribuição de recursos humanos</p>	<p>5.1 Implementar a política de retorno da aplicação da verba de acumulação.</p> <p>5.2 Implementar a operacionalização da licença compensatória.</p> <p>5.3 Diminuir a incidência de sobrecarga por dupla designação.</p> <p>5.4 Transformar o Departamento de Gestão de Pessoas em Diretoria Estratégica.</p> <p>5.5 Promover a equidade na distribuição de demandas entre membros/as, garantindo a continuidade do atendimento e o equilíbrio das cargas de trabalho em situações de afastamento ou licença.</p>

Eixos de Atuação

OBJETIVO	RESULTADOS - CHAVES
<p>Objetivo 6 Tornar os processos seletivos mais ágeis e acessíveis</p>	<p>6.1 Simplificar e agilizar o processo seletivo para estagiários.</p> <p>6.2 Simplificar e implementar ações para tornar os modelos de substituição de servidores, estagiários e demais colaboradores mais ágeis e eficazes.</p> <p>6.3 Desenvolver um programa de retenção de estagiários/as de alto desempenho, valorizando talentos, proporcionando capacitação contínua e criando oportunidades de crescimento dentro da Defensoria Pública.</p>
<p>Objetivo 7 Reestruturar e modernizar a gestão da infraestrutura física de atendimento e administração</p>	<p>7.1 Estruturar a Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), estabelecendo suas coordenadorias e alinhando seu planejamento estratégico ao da Defensoria Pública.</p> <p>7.2 Revisar e aprimorar procedimentos e fluxos críticos, priorizando demandas de manutenção, locação e alterações de layout para otimizar a gestão da infraestrutura.</p> <p>7.3 Implantar estratégias de gerenciamento de projetos, garantindo maior eficiência na execução de obras, reformas e expansões.</p> <p>7.4 Implementar o Plano de Edificação das sedes, migrando de espaços locados para sedes próprias, com foco nos PADFs (postos de atendimento da DP), promovendo sustentabilidade ambiental e financeira, além de melhor infraestrutura.</p>

Eixos de Atuação

OBJETIVO	RESULTADOS - CHAVES
	7.5 Propor e aplicar soluções de ESG e acessibilidade nas edificações, assegurando ambientes inclusivos e adequados ao atendimento da população.

EIXO 2: Aprimoramento do Atendimento

Objetivo Geral: Ampliar o acesso à justiça, reduzindo barreiras no atendimento e assegurando acolhimento humanizado e tecnológico à população.

OBJETIVO	RESULTADOS - CHAVES
Objetivo 7 Ampliar a capacidade e a eficiência operacional no atendimento direto às/aos assistidas/os	7.1 Ampliar a capacidade operacional de gestão e de atendimento inicial, garantindo o crescimento estruturado das equipes até o final de 2026. 7.2 Estabelecer um percentual mínimo de defensores/as substitutos/as designados para afastamentos até junho de 2024. 7.3 Criar e implementar um canal de atendimento via WhatsApp com inteligência artificial integrado ao sistema SOLAR. 7.4 Fortalecer a descentralização do atendimento por meio da implementação de mutirões temáticos, ampliando o alcance e a efetividade dos serviços prestados à população.

Eixos de Atuação

OBJETIVO	RESULTADOS - CHAVES
<p>Objetivo 8 Modernizar e automatizar processos para aumentar a eficiência e reduzir o tempo de resposta no atendimento</p>	<p>8.1 Lançar um banco de petições automatizado.</p> <p>8.2 Implementar sistemas de tradução de línguas e transcrição de áudio/vídeo.</p> <p>8.3 Criar um Núcleo Digital, com atendimentos virtuais e acompanhamento remoto de processos.</p> <p>8.4 Expandir e aprimorar a conectividade nas sedes, garantindo acesso à internet sem fio de qualidade.</p> <p>8.5 Atualização da infraestrutura tecnológica e aquisição de novos equipamentos para modernizar e fortalecer a atuação de defensores e servidores.</p>
<p>Objetivo 9 Fortalecer parcerias e integrar sistemas para aprimorar o atendimento e a gestão de demandas</p>	<p>9.1 Firmar novos convênios que facilitem a atividade-fim.</p> <p>9.2 Centralizar e otimizar o fluxo de recebimento/envio de demandas via SID.</p> <p>9.3 Desenvolver novas funcionalidades no Projudi e avançar na integração via MNI com o SOLAR.</p>
<p>Objetivo 10 Melhorar a comunicação com as/os assistidas/os e promover uma gestão de atendimento mais integrada</p>	<p>10.1 Realizar investimento estrutural na Central de Relacionamento com o Cidadão, com lançamento de novos canais.</p>

Eixos de Atuação

OBJETIVO	RESULTADOS - CHAVES
	10.2 Aprimorar a comunicação e a integração entre o primeiro e o segundo grau da Defensoria Pública, além da Assessoria dos Tribunais Superiores e a interlocução com o GAETs (Grupo de atuação estratégica junto aos tribunais superiores) garantindo maior alinhamento estratégico, eficiência na atuação e compartilhamento de informações para a melhor defesa.

EIXO 3: Expansão dos Serviços

Objetivo Geral: Expandir a presença da Defensoria Pública para atender às regiões mais vulneráveis do Paraná, assegurando a expansão de forma estruturada, com infraestrutura adequada e equipes completas.

OBJETIVO	RESULTADOS - CHAVES
Objetivo 11 Garantir a sustentabilidade financeira para a Expansão dos serviços da Defensoria Pública	11.1 Elaborar relatório sobre a realidade orçamentária e suas implicações para a atuação e expansão da defensoria. 11.2 Promover ações que ampliem o percentual do orçamento estadual destinado à Defensoria Pública. 11.3 Estruturação da Diretoria de Captação de Recursos.
Objetivo 12 Assegurar a continuidade do quadro de pessoal para atender às novas demandas territoriais	12.1 Assegurar a realização periódica de concursos públicos para servidores/as e defensores/as, garantindo a reposição contínua e a ampliação necessária de pessoal para atender às demandas institucionais.

Eixos de Atuação

OBJETIVO	RESULTADOS - CHAVES
	12.2 Garantir, via Conselho Superior, a aprovação periódica do aumento do número de Defensorias Públicas no segundo grau.
<p>Objetivo 13 Melhorar a infraestrutura física das sedes para garantir condições adequadas de trabalho e atendimento</p>	13.1 Substituir gradativamente as locações atuais por sedes próprias em regiões prioritárias. 13.2 Priorizar a reestruturação física de sedes com problemas graves de infraestrutura. 13.3 Criação e Divulgação do Plano e Diretrizes de Expansão
<p>Objetivo 14 Estabelecer parcerias estratégicas para ampliar a presença e a eficiência das operações em todo o Estado</p>	14.1 Firmar novas parcerias com municípios que incluam condições mínimas de infraestrutura para as sedes. 14.2 Garantir a operacionalização de todas as novas ocupações com fornecimento adequado de energia, internet e segurança. 14.3 Fortalecer a defesa dos direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar por meio da ampliação da atuação em polos regionais e da estruturação de uma coordenadoria especializada. 14.4 Promover a equidade e a justiça racial com a estruturação de um núcleo especializado voltado à igualdade étnico-racial e ao combate à discriminação.
<p>Objetivo 15 Adotar práticas sustentáveis e inovadoras na expansão dos Serviços</p>	15.1 Implementar Econúcleos nas regiões estratégicas que possuem estrutura e demanda para o modelo, promovendo sustentabilidade e eficiência na atuação.

Eixos de Atuação

OBJETIVO	RESULTADOS - CHAVES
	15.3 Expandir o acesso aos serviços da Defensoria Pública de maneira que atendimento remoto e presencial coexistam em perfeita harmonia e eficiência em todo o estado.

EIXO 4 : Inclusão e Sustentabilidade

Objetivo Geral: Tornar a Defensoria Pública mais inclusiva e ambientalmente sustentável, promovendo equidade e práticas de conservação ambiental.

OBJETIVO	RESULTADOS - CHAVES
Objetivo 16 Promover a equidade e o bem-estar no ambiente institucional	6.1 Aprimorar as condições da bolsa-auxílio, visando a atrair talentos qualificados, valorizar os estudantes e alinhar o programa de estágio às demandas institucionais. 16.2 Criar e implementar um programa de Residência Jurídica.
Objetivo 17 Incorporar práticas sustentáveis na gestão e operação da Defensoria Pública	17.1 Ampliar o acesso à assistência jurídica gratuita por meio da implementação de PADFs (postos de atendimento da DP), unidades de atendimento sustentáveis e de baixo custo, projetadas para capilarizar os serviços da Defensoria Pública com eficiência e inovação. 17.2 Criar um Comitê de Sustentabilidade para implementar e promover práticas sustentáveis, otimizar recursos e fomentar iniciativas que reduzam impactos ambientais

Eixos de Atuação

OBJETIVO	RESULTADOS - CHAVES
Objetivo 18 Combater o racismo e a discriminação de gênero no ambiente institucional e na atuação externa	18.1 Realizar campanhas de conscientização e prevenção contra o racismo e a discriminação de gênero. 18.2 Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, sexual e a discriminação de gênero no âmbito da Defensoria Pública.
Objetivo 19 Garantir acessibilidade e inclusão digital em todos os serviços da Defensoria Pública	19.1 Garantir a acessibilidade plena nas sedes, promovendo a inclusão e assegurando que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas ou sensoriais, tenham acesso adequado e seguro aos serviços oferecidos. 19.2 Promover a inclusão digital por meio de projetos que ampliem o acesso às tecnologias, capacitem pessoas no uso de ferramentas digitais e reduzam barreiras tecnológicas.

EIXO 5 : Valorização das Pessoas

Objetivo Geral: Promover o bem-estar, a capacitação e o engajamento das/os colaboradoras/es, valorizando o trabalho em equipe e fortalecendo o senso de pertencimento.

OBJETIVO	RESULTADOS - CHAVES
Objetivo 20 Valorizar as carreiras de membros e servidores, promovendo progressão, capacitação e reconhecimento	20.1 Concluir a análise sobre as diferenças remuneratórias e novos critérios para reajustes entre as diferentes categorias e perfis, assegurando equidade e o equilíbrio orçamentário.

Eixos de Atuação

OBJETIVO	RESULTADOS – CHAVES
	<p>20.2 Criar e regulamentar o auxílio para tratamento de filhas/os e dependentes PCD ou neurodivergentes.</p> <p>20.3 Efetivar a reforma administrativa com a designação de servidores/as capacitados/as para as Diretorias Administrativas, promovendo eficiência e alinhamento estratégico.</p>
<p>Objetivo 21 Promover o bem-estar e a saúde mental no ambiente de trabalho</p>	<p>21.1 Criar um Comitê específico e Implementar o Programa de Saúde Mental.</p> <p>21.2 Promover eventos anuais de integração que fortaleçam os laços entre a equipe e aproximem famílias, incentivando a convivência e o engajamento no ambiente de trabalho.</p>
<p>Objetivo 22 Aumentar a eficiência operacional e administrativa na gestão de pessoas</p>	<p>22.1 Mapear os processos administrativos prioritários, visando à automação.</p> <p>22.2 Implementar o banco de currículos para dinamizar a contratação de estagiários/as.</p> <p>22.3 Promover eventos voltados à Gestão de Pessoas e formação de lideranças, fortalecendo competências e a cultura organizacional.</p>
<p>Objetivo 23 Desenvolver um ambiente institucional inclusivo, capacitado e voltado para a equidade</p>	<p>23.1 Implementar programas de incentivo às carreiras da DPE-PR por meio de cursos de capacitação voltados para minorias, promovendo inclusão e diversidade.</p>

Eixos de Atuação

OBJETIVO	RESULTADOS - CHAVES
	<p>23.2 Promover projetos de educação em direitos e alcance aos mais vulneráveis por meio da Escola da Defensoria.</p> <p>23.3 Capacitar os colaboradores em tecnologia e inovação, incentivando o uso estratégico de ferramentas digitais, a adoção de práticas inovadoras e a participação em eventos estratégicos para aprimorar processos e serviços.</p>
<p>Objetivo 24 Fortalecer a participação e o diálogo com as/os colaboradoras</p>	<p>24.1 Criar um estúdio audiovisual para produção de conteúdos de capacitação e integração até junho de 2025.</p> <p>24.2 Promover a escuta e o permanente diálogo com as associações representativas de defensores/as e servidores/as.</p> <p>24.3 Estruturar um planejamento regionalizado que leve em conta peculiaridades locais.</p> <p>24.4 Aprimorar a intranet da Defensoria Pública, tornando-a mais eficiente e acessível para facilitar a comunicação interna e o compartilhamento de informações.</p>
<p>Objetivo 25 Criar mecanismos de resolução de conflitos interpessoais de forma humanizada e eficiente</p>	<p>25.1 Fortalecer as políticas internas de autocomposição, promovendo a solução mais rápida e econômica para as pessoas envolvidas.</p>

Eixos de Atuação

EIXO 6 : Comunicação e Participação Popular

Objetivo Geral: Fortalecer a conexão entre a Defensoria Pública e a sociedade, promovendo a participação ativa da população e a transparência nos serviços.

OBJETIVO	RESULTADOS - CHAVES
<p>Objetivo 26 Fortalecer os canais de comunicação e participação da população na Defensoria Pública</p>	<p>26.1 Estruturar e regulamentar a Ouvidoria como canal principal de escuta ativa.</p> <p>26.2 Promover campanhas que permitam que os/as usuários/as dos serviços da Defensoria ajudem a construir políticas institucionais de atendimento;</p> <p>26.3 Aprimorar a atuação da Diretoria de Comunicação, fortalecendo estratégias e ferramentas para ampliar a transparência, o alcance e a eficácia na divulgação de informações e ações institucionais.</p> <p>26.4 Realizar encontros estaduais periódicos para alinhamento, transparência e comunicação da estratégia institucional, promovendo a integração e o engajamento das equipes.</p>
<p>Objetivo 27 Promover o diálogo interinstitucional para aumentar a eficiência e integração nas operações</p>	<p>27.1 Realizar reuniões periódicas com órgãos e instituições parceiras.</p> <p>27.2 Intensificar o diálogo com outras instituições e órgãos para desenvolver soluções colaborativas que contribuam para descongestionar o trabalho nas sedes.</p>

Eixos de Atuação

OBJETIVO	RESULTADOS – CHAVES
	27.3 Fortalecer as relações institucionais para atuação conjunta e integral em situações de emergência ou de interesse coletivo, garantindo suporte efetivo à população.
<p>Objetivo 28 Desenvolver soluções especializadas para demandas específicas da população assistida.</p>	<p>28.1 Criar o Núcleo de Defesa da Saúde com atuação em sedes prioritárias.</p> <p>28.2 Criar um núcleo específico para atender pessoas com deficiência, garantindo assistência jurídica especializada e promovendo inclusão e acessibilidade.</p> <p>28.3 Ampliar a criação de conselhos e solucionar demandas por meio do fortalecimento do diálogo participativo.</p>

INFORMAÇÕES

www.defensoriapublica.pr.def.br

Defensoria Pública do Paraná – Atendimento Central

Rua José Bonifácio, 66 – Centro
80020-130 – Curitiba – PR

Defensoria Pública do Paraná – Sede Administrativa

Rua Mateus Leme, 1908 – Centro Cívico
80530-010 – Curitiba – PR
(41) 3313-7336

Defensoria Pública do Paraná – Sede dos Núcleos Especializados

Rua Benjamin Lins, 779 – Batel
80420-100 – Curitiba – PR



DPE **PR**
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

